

REDES SOCIAIS, ATORES E QUALIDADE DE VIDA: O CASO DO ARRANJO PRODUTIVO CAFEIEIRO, CASTELO, ES¹

SOCIAL NETS, ACTORS AND QUALITY OF LIFE: THE CASE OF COFFEE PRODUCTION ARRANGEMENT, CASTELO, ES

Alessandra Vasconcelos Albergaria²
Maria das Dores Saraiva de Loreto³
Romário Gava Ferrão⁴
Marcelo Miná Dias⁵

1. RESUMO

A análise da qualidade de vida envolve investigar o nível de formulação do próprio conceito de forma vivencial e experimental, com intuito de identificar a visão do sujeito e de sua família, de acordo com sua realidade, pressupondo que todos seus elementos são aglutinadores da vida social local e são fundamentais para a reprodução do tecido social. Assim, o objetivo deste estudo foi analisar as dimensões concretas e subjetivas da qualidade de vida dos cafeicultores, examinando como as redes sociais estabelecidas pelos e entre os agricultores familiares e o próprio arranjo produtivo cafeeiro, no qual eles estão inseridos, interferem na qualidade de vida dessas unidades familiares. Para tanto, utilizou-se o modelo teórico de Metzen *et al.* (1980), cujas variáveis foram expressas em forma de questionário aplicado a 128 cafeicultores do município de Castelo, localizado na região do sul do Estado do Espírito Santo. As análises objetiva e subjetiva da qualidade de vida permitiram compreender os fatores relacionados às necessidades concretas da população pesquisada, bem como suas dimensões subjetivas, que geralmente estão associadas tanto às suas redes de relacionamento quanto às aspirações do indivíduo/família, às suas particularidades, às

¹ Parte da dissertação de mestrado intitulada “Arranjo produtivo de café, redes sociais e qualidade de vida: um estudo com agricultores familiares do Espírito Santo”. Pesquisa financiada pelo CNPq.

² Mestre em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, Brasil (alealbergaria@yahoo.com.br).

³ Professora do Departamento de Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, Brasil (mdora@ufv.br).

⁴ Pesquisador do Instituto Capixaba de Assistência Técnica, Pesquisa e Extensão Rural – INCAPER, Vitória, ES, Brasil (romario@incaper.es.gov.br).

⁵ Professor do Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, Brasil (minad@ufv.br).

suas vivências, aos seus valores, aos seus costumes e às suas condições do espaço relacional.

Palavras-chave: Qualidade de vida. Redes sociais. Arranjo produtivo cafeeiro.

2. ABSTRACT

The analysis of quality of life involves investigating the level of formulation of the concept of experiential and experimental way, with the aim of identifying the vision of the subject and his family, according to their reality, assuming that all its elements are binders of social life Local and central to the reproduction of the social fabric. The objective of this study was to analyze the dimensions of concrete and subjective quality of life of farmers, examining how the social networks established by and between the farmers and the coffee itself productive arrangement, in which they are inserted, affect the quality of lives of these family units. To that end, we made use of the Theoretical Model Metzen et al. (1980), variables were expressed in the form of a questionnaire, applied along the 128 farmers in the municipality of Castelo, located in the southern region of Espírito Santo. The objective analysis and subjective quality of life could understand the factors related to the specific needs of the population studied, as well as its subjective dimensions, which usually are associated with both their social networks and aspirations of individuals / families, their particularities, experiences, values, customs and conditions of relational space.

Keywords: Quality of life. Social networks. Productive arrangement coffee.

3. INTRODUÇÃO

Ao trabalhar com algumas concepções do significado de “qualidade de vida”, é interessante destacar inicialmente alguns questionamentos feitos por Herculano (1998) com relação à temática. A autora debate o real sentido de qualidade de vida e o seu grau de prioridade para as pessoas que buscam atender às suas necessidades básicas. Em suas reflexões traz algumas perguntas, como: estaria a qualidade de vida atrelada a requinte e sofisticação (luxo) e, “portanto, algo supérfluo diante de questões mais substantivas,

como garantir um patamar mínimo de dignidade e de condição humana?” Como determinar as “necessidades básicas”? E quem as determina? (HERCULANO, 1998).

Diante desses questionamentos, torna-se necessário avaliar a qualidade de vida não somente por aquilo que as pessoas podem adquirir, mas por aquilo que elas entendem e equacionam como melhor para suas vidas. Neste caso, é preciso examinar a disponibilidade de recursos; analisar a real capacidade de um indivíduo/grupo social satisfazer suas necessidades; mensurar os graus de satisfação e os patamares desejados; e avaliar a qualidade de vida pela distância entre o que se deseja e o que se alcança. Ou seja, deve-se levar em conta a definição do que é qualidade de vida e se esta irá variar em virtude das diferenças individuais, sociais e culturais, como também da acessibilidade às inovações tecnológicas (HERCULANO, 1998).

Assim, sob a pressuposição de que a qualidade de vida depende do espaço vivenciado (domínio das práticas) e do espaço concebido (domínio dos valores e das ideologias), é que emerge a discussão sobre as redes sociais, vistas como um conjunto de unidades sociais e de relações, diretas ou indiretas, entre indivíduos ou grupos de indivíduos, por meio de cadeias de dimensão variável, mediadas por esquemas simbólicos e culturais (BARNES, 1987). As unidades sociais podem ser informais ou formais, como associações, empresas e países (MERCKLÉ, 2004, *apud* PORTUGAL, 2007).

As diferentes concepções de espaço e suas inter-relações, que se traduzem em formas variadas de ruralidade, são discutidas por Schmitt (2011).

Para a autora, a análise das redes está focada na relação entre os sujeitos, considerando que por meio dessas relações e das situações criadas eles se posicionam com mais flexibilidade na vida social, diferentemente da análise que leva em conta a individualidade de cada um, com suas características pessoais, seus atributos e seus discursos.

Sendo assim, a análise de redes sociais interessa a pesquisadores de vários campos do conhecimento, que na tentativa de compreender o seu impacto sobre a vida social deram origem a diversas metodologias de análise, que têm como base as relações entre os indivíduos, em uma estrutura em forma de redes. No sentido da morfologia, as redes são sistemas compostos por “nós” e por conexões entre eles que, nas ciências

sociais, são representados por sujeitos sociais (indivíduos, grupos, organizações, etc.), conectados por algum tipo de relação (WATTS, 1999).

Desse modo, neste trabalho objetivou-se analisar os componentes concretos e subjetivos da qualidade de vida e examinar como as redes sociais (formais e informais) formadas pelos e entre os agricultores familiares e o próprio arranjo produtivo cafeeiro, no qual eles estão inseridos, contribuem ou interferem na qualidade de vida dessas unidades familiares. Para tanto, inicialmente procurou-se examinar a concepção de qualidade de vida e suas dimensões concretas e subjetivas, além da interferência das redes sociais nos diferentes componentes da qualidade de vida.

Considera-se que essa abordagem relacional do arranjo produtivo cafeeiro, por meio do enfoque das redes sociais, pode contribuir para a análise das práticas e interações sociais, como dimensão articuladora da qualidade de vida.

4. REVISÃO DE LITERATURA

4.1. Qualidade de Vida: Concepções e Significados

Atualmente, qualidade de vida é um dos termos mais utilizados em todas as esferas cotidianas, como política, publicidade, economia, comunicação, saúde e lazer. Embora não exista uma definição consensual, muito se avançou na sua compreensão (MINAYO *et al.*, 2000). O conceito começou a ser difundido após a 2ª Guerra Mundial, referindo-se à conquista e posse de bens materiais: possuir casa própria, carro, eletrodoméstico, um bom salário e boa aposentadoria. Com o passar dos anos, o conceito foi se ampliando para algo mais estrutural, como o desenvolvimento econômico, cujos indicadores eram medidos pelo Produto Interno Bruto (PIB), pela taxa de crescimento, pela taxa de desemprego, entre outros (JURADO *et al.*, 2002).

Posteriormente, só foram incorporados na avaliação de qualidade de vida (QV) indicadores que levam em conta o desenvolvimento social, e não apenas o crescimento econômico, como escolaridade, taxa de mortalidade infantil, condições de vida, condições de trabalho, entre outros (BOWLING, 2007).

A partir da década de 1960, começou-se a perceber que mais que inferir na QV, por meio de indicadores objetivos, era preciso conhecer a percepção das pessoas a respeito desses indicadores em suas vidas, ou seja, a dimensão subjetiva de qualidade de

vida. A avaliação subjetiva está relacionada ao modo como as pessoas sentem ou pensam sobre suas vidas, ao valor que atribuem a determinados aspectos físicos, sociais e emocionais de si próprios. Ambas as abordagens oferecem dados importantes e complementares (GLOZMAN, 2004).

Nas últimas décadas, qualidade de vida tornou-se um conceito amplamente difundido, e há diversas concepções que a associa à “boa vida”, ao desenvolvimento humano e bem-estar social, à felicidade e à satisfação das necessidades (TAMAKI, 2000).

Em todo esse processo de busca pela qualidade de vida, fica muito evidente o papel exercido pela família como sistema de sustentação para seus membros, em que a família busca, por meio de suas redes de convivência, a interação com o ambiente e a melhoria da qualidade de vida. Essa vinculação da qualidade de vida ao meio ambiente circundante faz com que a definição de qualidade de vida seja ambígua, pois ela varia de pessoa para pessoa, de acordo com seus costumes, suas crenças e seus valores. Além disso, ela sofre interferências de acordo com a época que se vive, pois o que era considerado indispensável para se ter qualidade de vida, hoje já não é mais determinado pelos mesmos fatores. Confirmando essas informações, Pascoal e Donato (2005) citam que

Embora o conceito geral de qualidade de vida envolva a questão de saúde, sabemos que a qualidade de vida difere de pessoa para pessoa e envolve outros aspectos também importantes, como: satisfação e disposição para o trabalho, salário, lazer, boas relações familiares, prazer e valores espirituais (PASCOAL; DONATO, 2005, p. 93).

Os autores ressaltaram que o conceito de qualidade de vida apresenta dimensões que se encontram interligadas ao se pensar no bem-estar como um todo: a) *dimensão social*: diz respeito ao desenvolvimento do relacionamento pessoal e à importância da convivência com a família e o círculo de amizades; b) *dimensão emocional*: diz respeito ao desenvolvimento da autoconfiança, à forma de como lidar com situações estressantes e, principalmente, aceitar suas próprias limitações; c) *dimensão física*: diz respeito aos exercícios físicos de forma racional e alimentar-se de forma balanceada, evitando hábitos considerados nocivos à saúde; d) *dimensão mental ou intelectual*: diz respeito à capacidade de realizar exercícios cognitivos e ao constante desenvolvimento da capacidade crítica, identificando soluções e utilizando-se de informações atualizadas

para aumentar o conhecimento pessoal; e e) *dimensão espiritual*: diz respeito à capacidade do indivíduo encontrar significados da vida, nele mesmo e na religião, aumentando, desta forma, o desenvolvimento da ética e da moral (PASCOAL; DONATO, 2005).

Assim, qualidade de vida está intimamente ligada à noção que cada indivíduo tem de si e do que o cerca, em função das condições sociais, psíquicas, espirituais, físicas e econômicas, o que faz com que suas conceituações sejam múltiplas. Ou seja, a análise da qualidade de vida implica detalhamentos teóricos e operacionais que possibilitem captar, na essência, em objetividade e subjetividade, a qualidade de vida do público pesquisado.

Neste estudo utilizou-se o conceito de qualidade de vida apresentado por Cebotarev (1994), que se refere às condições necessárias para que as famílias e comunidades possam satisfazer suas necessidades básicas, que são definidas social e culturalmente, sendo consideradas indispensáveis ao desenvolvimento humano e influenciadas pelo ambiente vivenciado.

Cebotarev (1981), *apud* Coelho (2005), relatou que o conceito de qualidade de vida envolve elementos universais do bem-estar humano e outros componentes, como “o caso das necessidades”, que podem tomar formas variadas, do tipo absoluto e relativo. As necessidades absolutas estão associadas às necessidades básicas de subsistência (alimentação, saúde e segurança no trabalho), que geralmente são satisfeitas antes dos indivíduos terem percepção das necessidades relativas, que se relacionam com as atividades de lazer, arte, conforto, autopromoção e satisfação pessoal.

Essas necessidades humanas foram hierarquizadas por Maslow (1970), psicólogo e consultor americano, que associou qualidade de vida à teoria da motivação, afirmando que as necessidades humanas estão dispostas em níveis, em uma hierarquia de importância e influência. Na pirâmide de Maslow há cinco níveis de necessidade: a) *necessidades fisiológicas*: necessidade de alimentação, sono e repouso, de abrigo, de desejo sexual, etc. Esse grupo de necessidades está relacionado com a sobrevivência do indivíduo e com a preservação da espécie; b) *necessidades de segurança*: necessidade de estabilidade, busca de proteção contra a ameaça ou privação e de fuga ao perigo; c) *necessidades sociais*: necessidade de associação, de participação, de aceitação por parte

dos companheiros e de troca de amizade, de afeto e amor; c) *necessidade de estima*: relacionada com a maneira pela qual a pessoa se vê e se avalia. Envolve autoapreciação, autoconfiança e necessidade de aprovação social, de respeito, de status, de prestígio e de consideração; e d) *necessidade de autorrealização*: é a necessidade humana mais elevada e que está no topo da hierarquia, ou seja, a necessidade de cada pessoa realizar o seu próprio potencial.

Esse grupo de necessidades, segundo a teoria da motivação, está disposto em uma hierarquia que pressupõe os seguintes aspectos: a) somente quando um nível inferior de necessidades está satisfeito ou adequadamente atendido é que o nível imediatamente mais elevado surge no comportamento; b) quando as necessidades mais baixas estão razoavelmente satisfeitas, as necessidades localizadas nos níveis mais elevados começam a dominar o comportamento. Contudo, quando uma necessidade de nível mais baixo deixa de ser satisfeita, ela volta a predominar no comportamento, enquanto gerar tensão no organismo; e c) em qualquer estágio do desenvolvimento psicológico do indivíduo, a necessidade será preponderante, mesmo que outros níveis estejam influenciando na qualidade de vida.

Assim, em razão das experiências vivenciadas e da percepção da realidade, os indivíduos podem ter como referência suas necessidades, sejam de existência (materiais ou fisiológicas), de relacionamento mais significativo e de crescimento consigo mesmo e com o meio ambiente, conforme proposto por Alderfer (1969). Essa necessidade, como reporta Atlandi (1995), *apud* Herculano (1998), pode ser retratada por meio de três verbos que expressam o significado de QV: *Ter*, que se refere às condições materiais necessárias ao atendimento das necessidades básicas; *Amar*, que está associada à necessidade de se relacionar com as outras pessoas, formando identidades e redes sociais; e *Ser*, que diz respeito à necessidade de integração com a sociedade e com a natureza, em termos de oportunidades sociais, participação individual e coletiva e processo decisório.

4.2. Modelo Teórico de Qualidade de Vida

Este estudo fundamentou-se no modelo teórico desenvolvido por Metzen *et al.* (1980), com o objetivo de verificar como as redes sociais interferem nos diferentes

domínios da vida. Os autores consideram que a qualidade de vida está relacionada aos valores culturais, aos contextos econômicos e sociais, bem como com as aspirações distintas pelas famílias, admitindo-se que estas possuem concepções, significados, prioridades e perspectivas diferenciadas, relacionadas a seu micro e macroambiente de convivência. Para esses autores, em razão desse ambiente é possível avaliar, de forma concreta e subjetiva, diferentes domínios ou componentes da vida da pessoa pesquisada, como: situação financeira, em termos de renda; sua vida no meio ambiente e na comunidade na qual reside; suas condições de trabalho; seu relacionamento com a família, parentes, vizinhos e amigos; as condições dos serviços de saúde, educação e demais serviços comunitários disponíveis; o padrão de sua moradia e sua segurança física; e os aspectos concernentes à integração social, atividades de lazer e vida espiritual.

O modelo pressupõe que a qualidade de vida não depende somente da satisfação em cada domínio isoladamente, mas também da importância que esses domínios têm para o indivíduo, em sua experiência de vida. Assim, de acordo com o modelo de Metzen *et al.* (1980), a avaliação da qualidade de vida envolve indicadores que estão associados tanto aos aspectos objetivos (informações sobre as condições concretas e gerais da vida das famílias e do seu *habitat*), quanto aos fatores subjetivos (relacionados às percepções, avaliações e aspirações que as pessoas/família têm de suas próprias condições).

Assim, a representação social do cafeicultor está diretamente associada ao ambiente de convivência (comunidade) e aos espaços interacionais (família e redes sociais), que interferem na qualidade de vida, dimensionada pela realidade circunstancial concreta, pela importância e pela satisfação com os diferentes campos da vida humana.

4.3. Redes Sociais e Arranjos Produtivos

Apesar de a menção ao termo *rede*, como analogia para compreensão das relações reais na sociedade, ser bastante antiga (desde Saint-Simon, pelo menos), e de ter recebido impulso nas ciências sociais a partir dos trabalhos de Radcliffe-Brown e Barnes, em meados do século XX, Murdoch (2000) recorda que, nas últimas décadas, o

paradigma das redes se tornou um recurso explicativo frequente, sobretudo após a publicação do livro “A sociedade em rede”, de Castells. Considera-se que, facilitadas pelas tecnologias, as redes ligam territórios distantes, transformando o espaço em um espaço de fluxos. Dessa maneira, o rural e o urbano, que eram marcadamente diferentes e com características muito próprias, passam a se misturar e as comunicações entre um e outro se multiplicam.

Para Marsden (1999), o rural agora é um espaço no qual há um conjunto de conexões locais e não locais e combinação de ações locais (sociabilidade comunitária, territorial) e ações em distância (desterritorializada). Esta é uma das expressões da guinada territorial no âmbito das ciências sociais, visto que o espaço é cada vez mais incluído no exame do social. Significa reconhecer que o espaço não é simplesmente funcional; como suporte para relações ele se torna meio, possui uma dimensão sociocultural, cujo papel é central (BOTTAZZI, 1994).

Para conceituar redes sociais, foi adotada a concepção de Mercklé (2004), *apud* Portugal (2007), que a define como um conjunto de unidades sociais e de relações, diretas ou indiretas, entre essas unidades sociais, que são compostas por indivíduos ou grupos de indivíduos, informais ou formais, como associações, empresas e países. As relações entre os elementos da rede podem ser transações monetárias, troca de bens e serviços, transmissão de informações, ou seja, envolvem interação face a face ou não, do tipo permanente ou episódica.

A autora, em sua tese de doutorado intitulada “Novas famílias, modos antigos: e as redes sociais na produção de bem-estar”, em razão do dimensionamento dos nós (elementos que compõem as redes) e laços (relações existentes entre estes nós) das redes, assume que estas podem ser de três tipos: a) *redes de íntimos*: que são constituídas pelos indivíduos considerados importantes pelo “alvo”. Essas redes são compostas por laços ativos e passivos, laços com base em frequentes interações face a face, e laços com base em ligações afetivas, com interações irregulares e pouco frequentes; b) *redes de interação*: com base nos indivíduos com quem os membros da família interagem na rotina. Essas possuem vantagem em relação às redes de íntimos, pois distinguem os laços positivos daqueles que possuem importância puramente afetiva; e c) *redes de troca*: incluem entre os membros da rede social as pessoas cujo comportamento recompensa ou penaliza o *ego* ou as pessoas que são diretamente

recompensadas ou penalizadas por “ego”. As trocas incluem um vasto leque de interações avaliadas, positiva ou negativamente, que vão desde a ajuda material e a prestação de serviços, ao aconselhamento e à companhia nas atividades de lazer. Além disso, para a caracterização da morfologia das redes sociais devem ser identificados: *quem?*, ou a forma (nós e laços); *o quê?*, ou o conteúdo das redes (instrumental e expressivo); *como?*, ou as normas que regem a relação (reciprocidade, observação, igualdade e autonomia); e *quanto?*, ou o valor das redes em termos monetários do tempo ou do custo da oportunidade (PORTUGAL, 2006).

Radomsky (2006), em sua pesquisa na Serra Gaúcha, concluiu que entre os agricultores familiares são vários os tipos de relações que são construídas ao longo do tempo, mas as relações de proximidade e reciprocidade são as mais importantes para a sociabilidade, sendo elas tanto de parentesco quanto de amizade. Contudo, as diferentes comunidades devem apresentar distintas maneiras de manter as sociabilidades e preservar os atos de reciprocidade, assim como a intensidade da vida comunitária (do interconhecimento, das amizades e das relações de aliança, por meio do parentesco).

As relações de proximidade, as trocas e as atividades em conjunto entre as famílias, as associações, o interconhecimento relativo às amizades e aos vizinhos, a religião e o lazer, todos os elementos aglutinadores da vida social local são fundamentais para a reprodução do tecido social. Portanto, conforme mostraram os estudos de Bagnasco e Triglia (1993), Sabourin (1999) e outros, as relações sociais de parentesco, amizade e proximidade não desaparecem nem perdem importância durante os processos de mercantilização, embora elas fiquem diferenciadas. É de se esperar, portanto, que os atores sociais passem a ressemantizar as antigas relações sociais e adequá-las ao novo contexto dos arranjos produtivos.

De acordo com Sebrae (2004), o arranjo produtivo local (APL) é formado por aglomerações de empresas no mesmo território, agrupadas em torno de um negócio que apresenta especialização produtiva e mantém algum vínculo (formal ou informal) de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e entre outros atores locais, como governo, associações, instituições de crédito, ensino e pesquisa, dentre outros, que compartilham uma cultura comum e interagem, como um grupo, com o ambiente sociocultural local.

Para Albagli e Brito (2002), arranjo produtivo local é definido como aglomeração de um número significativo de empresas que atuam em torno de uma atividade produtiva principal, bem como de empresas correlatas e complementares, como fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, clientes, entre outros, em um mesmo espaço geográfico (um município, conjunto de municípios ou região), com identidade cultural local e vínculo, mesmo que incipiente, de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais e instituições públicas ou privadas de treinamento, promoção e consultoria, escolas técnicas e universidades, instituições de pesquisa, desenvolvimento e engenharia, entidades de classe e instituições de apoio empresarial e de financiamento.

Na visão de Cassiolato e Lastres (2005), os arranjos produtivos são marcados pela formação de redes sociais entre os atores locais e pela participação de instituições de apoio. Consideram que os arranjos produtivos locais geralmente envolvem a participação e a interação de diversas organizações públicas e privadas, voltadas para formação e capacitação dos atores envolvidos.

Assim, a análise das redes sociais pode explicar o comportamento social com base em modelos de interação entre os atores sociais, em vez de estudar os efeitos independentes de atributos individuais ou relações duais. A análise estrutural das redes baseia-se na premissa de que estas têm uma realidade própria, no mesmo sentido em que os indivíduos e as relações as têm, portanto sua influência não pode ser reduzida ao simples efeito de constrangimentos normativos, atributos pessoais ou afetivos cumulativos de múltiplas interações. Essa “análise relacional” permite estudar o modo como os indivíduos são condicionados pelo tecido social que os envolve, assim como o modo como eles o usam e modificam, de acordo com seus interesses (WELLMAN, 1985, *apud* PORTUGAL, 2007).

5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo foi desenvolvido com os agricultores familiares produtores de café do município de Castelo, localizado na região do sul do Estado do Espírito Santo.

A amostra, distribuída espacialmente pelos agropolos⁶, foi constituída de 128 agricultores familiares produtores de café, que são proprietários agropecuários e residem no município de Castelo há, no mínimo, cinco anos, em virtude de sua representatividade e pelo fato de produzirem tanto café arábica (*Coffea arabica*) quanto café conilon (*Coffea canephora*)⁷.

Para obtenção dos dados foi aplicado um questionário semiestruturado. Pretendeu-se dimensionar a qualidade de vida, conhecendo-se a percepção dos agricultores sobre o significado de qualidade de vida, as condições concretas de acesso aos diferentes domínios de vida, citados por Metzen *et al.* (1980), a importância e o grau de satisfação com esses domínios, além de verificar como as redes sociais interferem nessa satisfação, isto é, como elas contribuem para a qualidade de vida dessas famílias e para o desenvolvimento rural local.

Os dados foram analisados e categorizados por meio da técnica de análise de conteúdo, que segundo Bauer e Gaskell (2002) é uma construção social, sistemática e pública, que faz uso principalmente de dados brutos que ocorrem naturalmente, presta-se para dados históricos e oferece um conjunto de procedimentos maduros e bem documentados.

6. RESULTADOS E DISCUSSÕES

6.1. A Percepção e o Conceito das Famílias sobre Qualidade de Vida (QV)

Os entrevistados apresentaram diferentes significados para a definição de QV, como é possível perceber nas falas a seguir.

Ter saúde pra trabalhar (Produtor 2).

Ter o que comer todos os dias, ter uma boa saúde, ter lazer, um bom ambiente familiar e comunitário (Produtor 11).

⁶ Foi realizada uma divisão do município de Castelo em agropolos, com base na visão administrativa e no acompanhamento sistemático à agricultura do município, com intuito de facilitar as ações programadas e o atendimento aos agricultores e suas famílias. Dividiu-se o interior do município em cinco áreas geográficas, cada área tendo sua sede (SEMAG, 2008).

⁷ O *Coffea canephora* é plantado em 63 municípios do Estado do Espírito Santo, em regiões quentes, com altitudes inferiores a 500 metros. Essa espécie de café apresenta bebida neutra e é utilizada na produção de café solúvel e nas misturas com arábica (*blends*). O *Coffea arabica* está presente em 49 municípios, com altitude superior a 500 metros, sendo o responsável pela produção de cafés mais finos, com melhor aroma e sabor (FERRÃO *et al.*, 2011).

Ter saúde, uma boa alimentação, casa boa pra morar e ter um carro (Produtor 14).

Acesso a propriedade, estrada boa, lazer, escola para as crianças e meios de diversificação da agricultura, uma renda extra (Produtor 61).

Boa convivência na família, união, cuidar da água, da nascente, da terra, ter uma boa alimentação, lazer e participar da vida social da comunidade (Produtor 73).

Como apresentado, pode-se evidenciar que o principal significado dado à qualidade de vida pelos agricultores familiares foi “ter saúde”, além de uma “boa alimentação” e “boa convivência familiar, comunitária e segurança financeira”. Assim, a realidade vivenciada pelos cafeicultores influencia suas percepções, fazendo com que a satisfação das necessidades de existência e de relacionamento seja evidenciada.

As famílias, ao associarem o conceito de qualidade de vida às condições necessárias para atendimento de suas necessidades, confirmaram a validade do conceito norteador da pesquisa, propostos por Cebotarev (1994), qual seja, ter qualidade de vida é realmente ter condições dignas de sobrevivência. A autora também associa componentes do bem-estar humano à satisfação das necessidades básicas, sociais e culturais, indispensáveis à formação humana, ao desenvolvimento potencial do homem e ao exercício responsável de sua capacidade, considerando seu meio ambiente e espaço relacional.

Diante do exposto, constata-se que a pirâmide das necessidades proposta por Maslow (1970) amplia a compreensão do motivo que levou as famílias, em sua maioria, ter limitado o conceito de QV à satisfação das necessidades básicas, ou seja, para essas famílias é prioritário ter uma boa alimentação, ter acesso à saúde e à casa, mesmo que desejem ter acesso às demais necessidades de relacionamentos e crescimento. As necessidades fisiológicas ou de sobrevivência manifestam-se em primeiro lugar, e as pessoas procuram satisfazê-las antes de se preocuparem com as de nível mais elevado, conforme representado pela pirâmide das hierarquias das necessidades humanas, proposta por Maslow.

6.2. Dimensões Concretas da Qualidade de Vida e Redes Sociais

Neste item analisou-se como tem sido o acesso das famílias aos diferentes domínios da vida e quais redes têm sido acionadas para que as unidades familiares tenham maior satisfação com os respectivos domínios.

6.2.1. Condições da habitação

Considerando a importância das condições de moradia na qualidade de vida dos indivíduos/família, algumas variáveis relevantes para a identificação do padrão desse domínio da vida foram examinadas.

Quanto à moradia e às condições da habitação das famílias dos agricultores, observou-se que 100% dos entrevistados possuíam casa própria, mas relataram que esta necessita de melhorias, isto é, de algumas reformas. Quanto ao tipo de aquisição da casa, todos se posicionaram como proprietários, mesmo daquelas construídas nas terras dos pais. Esse resultado é visto como importante, uma vez que a posse da casa é também um elemento fundamental para determinação da qualidade de vida familiar, do ponto de vista concreto. O material das paredes que prevaleceu foi a alvenaria, com telhas de barro, que é mais adequada, em função do calor que predomina na região.

Para o acesso à moradia, a rede mais acionada pelos agricultores foi a rede de íntimos, ou seja, a própria família, pois na maioria das vezes a propriedade foi adquirida por meio de herança ou a família ainda continua morando na mesma propriedade dos pais, formando assim uma família extensa.

Segundo Carneiro (2003), a propriedade familiar, transmitida de geração para geração, contribui para a manutenção e o fortalecimento do tecido social, além de possibilitar, mediante a permanência da família no seu meio social, a continuidade das trocas e das práticas de sociabilidade que integram a tradição de um lugar e dão sentido à vida de um determinado grupo social.

No que se refere ao padrão habitacional, na percepção do pesquisador e levando em conta a realidade regional, pode-se dizer que as casas apresentavam níveis médio e bom de construção. Embora fosse avaliado como de padrão médio, a maioria era percebida como satisfatória na visão dos entrevistados.

6.2.2. Alimentação

No que se refere ao tipo de alimentação, todos responderam ter boa alimentação, e a maioria produz diversos alimentos nas propriedades, como frutas, feijão, milho, palmito, mandioca, além de hortas e criação de animais (porcos, galinhas, peixes). Esses cultivos, na maioria das vezes, são realizados pelos meeiros/parceiros. As comunidades pesquisadas também contam com armazéns e, ou, mercearias, o que, de acordo com os agricultores, facilita a aquisição de algum alimento.

6.2.3. Segurança Financeira

No que se refere à segurança financeira, dimensionada pela renda, os agricultores relataram que apesar da renda ser baixa, é um dinheiro certo, basta ter o produto (café) para vender. O problema, na percepção dos agricultores, é que eles ficam na “mão” dos atravessadores (pessoas que comercializam o café), o que faz com que o preço do café seja menor do que o do mercado. Já os agricultores que fazem parte de alguma cooperativa conseguem preço superior, pois, além de comercializarem o produto de forma direta, formam lotes; o que gera uma quantidade maior do produto; trabalham com café de qualidade; e chegam até a exportá-lo. Neste caso, evidencia-se a importância da cooperação entre os agricultores produtores de café na região, ou seja, as redes mais próximas como os amigos e vizinhos são essenciais para o sucesso da cadeia produtiva do café, que vai desde o preparo do solo até a comercialização. Desta forma, pode-se corroborar com Radomsky (2006), pois, segundo o pesquisador, a reciprocidade, as identidades sociais e as ligações de proximidade entre os atores sociais são meios pelos quais as redes se amparam e se estabelecem. Por conseguinte, as manifestações da economia se processam sempre dentro desses esquemas sociais estruturantes, que dão sentido à forma de como as relações econômicas ocorrem.

6.2.4. Trabalho

Em relação ao trabalho praticado pelos agricultores familiares, constatou-se que a maioria gostava da sua ocupação, de “ser agricultor”, e declarou que era a única “coisa” que sabia fazer, apesar de enfrentar problemas e dificuldades no campo.

Observou-se que os produtores desejam ter uma atividade agrícola rentável e valorizada pela sociedade e pelas políticas públicas (receber assistência técnica e ter uma política de preços favorável ao pequeno produtor), ao expressarem o “afeto à terra”, do “gostar de trabalhar”, ao se sentirem orgulhosos com uma roça bem cuidada e ao se sentirem “livres” por não ter um patrão, realizando o valor de ser “dono de si mesmo”, por “viver ao ar livre” e “em contato com a natureza”.

6.2.5. Acesso a Serviços Comunitários

No que se refere aos serviços comunitários básicos como saúde, educação, transporte, segurança pessoal e equipamentos de lazer, foi possível constatar que a maioria da população pesquisada não possuía acesso ou esse acesso era restrito.

É importante registrar que os serviços como saúde, educação e lazer estão concentrados nas sedes de cada agropolo, ou seja, as famílias são atendidas em seus respectivos agropolos.

No que diz respeito ao serviço de saúde, na maioria das sedes das comunidades rurais há Postos de Saúde da Família (PSF), com médico (clínico geral), dentista, enfermeiro e um agente de saúde, que faz visitas periódicas às casas e agenda consultas conforme as necessidades dos agricultores. De acordo com os agricultores entrevistados, 71,5% utilizam esse serviço público e 79,3% afirmaram que o atendimento é bom, enquanto 28,5% utilizam o serviço de saúde particular. No entanto, houve reclamação por parte dos agricultores em relação ao horário de funcionamento, que é das 8 às 12 horas, e em algumas comunidades o PSF é muito distante (pois ele fica localizado na sede de cada comunidade), chegando até 20 km de distância das propriedades.

Quanto ao componente “educação”, constatou-se que na maioria das comunidades há escolas com turmas até a 4^a série ou até a 8^a série do ensino fundamental, mas a partir desse grau de ensino os estudantes passam a estudar no município de Castelo.

Nas comunidades que não possuem escolas, há o transporte escolar coletivo para levar as crianças para estudar, sendo esse transporte disponibilizado pela prefeitura. Em três comunidades rurais, Limoeiro, Fazenda do Centro e São Manuel, as escolas funcionam em período integral, oferecendo, além do ensino básico, opções de lazer e

jogos, além da alimentação para os estudantes, iniciativa esta que é bem vista pelas famílias rurais.

No entanto, em relação ao transporte na época de chuvas, houve reclamações, principalmente por parte das mães, pois as crianças chegam a ficar mais de 20 dias sem frequentar as aulas, em razão do péssimo estado das estradas rurais. Segundo as famílias, elas fazem reclamações na prefeitura, mas não obtêm respostas.

Ainda referindo-se à educação, os agricultores relataram ter adquirido mais informações e novos conhecimentos nas reuniões e nos cursos de capacitação, promovidos pelo Instituto Capixaba de Pesquisa, pela Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER) e pela Secretaria Municipal de Agricultura, em parceria com o Sistema Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR). Esses conhecimentos não eram somente de natureza técnica (manejo do solo, técnicas de poda, de irrigação, etc.), mas também relacionados à valorização da autoestima, da cooperação, do associativismo, entre outros temas.

Quanto ao transporte, evidenciou-se a existência de transporte escolar e o transporte coletivo. No entanto, em cada comunidade ele funciona de um modo. Em alguns lugares há transporte diário, em outros este só é realizado uma a três vezes por semana, o que obriga os agricultores a utilizarem o transporte particular (carro e, ou, moto). Entretanto, no período de chuvas não tem como utilizar nenhum desses meios de transporte, em virtude das péssimas condições das estradas rurais, o que dificulta não somente o transporte das pessoas como também o escoamento da produção de café.

A segurança pessoal nas comunidades rurais não pode ser classificada como boa, segundo os agricultores, pois não há patrulha rural em todas as comunidades; só há policiamento quando acontece algum tipo de furto, como de equipamentos (roçadeira, bombas de irrigação, etc.), sendo algumas ocorrências referentes às casas que são assaltadas, principalmente na época da colheita.

Em relação aos equipamentos de lazer, os adultos possuem mais opções do que as crianças, pois o campo de futebol está sempre presente nas comunidades, assim como a bocha ou bola de massa, que é tradição no município, tendo até torneios. Algumas propriedades possuem piscina. Há também celebrações de festividades religiosas, que acontecem com frequência, e algumas comunidades contam com quadras de esportes onde as crianças podem brincar.

Em relação à comunidade ou ao ambiente vivenciado, pode-se constatar que na sua maioria há escolas; PSF; armazéns; igreja católica; e associação de moradores ou de cafeicultores, como na comunidade Estrela do Norte; agroindústria; pousada, como na Comunidade do Limoeiro; transporte escolar; e transporte coletivo. Ficou evidente, nas entrevistas, que há melhoria da qualidade de vida naquelas comunidades onde as Associações de Moradores estão ativas. Nas comunidades onde existe uma única Associação de Cafeicultores e as pessoas são associadas, o acesso aos serviços são facilitados, bem como o acesso a outras redes sociais, como é o caso das instituições de assistência técnica, cooperativas, entre outras. Isso porque as Associações de Moradores têm como objetivo principal organizar as famílias para trazer os benefícios e os recursos para a comunidade, no âmbito do esporte, da ação social, da agricultura familiar, do meio ambiente e da saúde. Já a Associação de Cafeicultores trabalha em benefício dos agricultores, por meio de capacitação e cursos, além de realizar compras de insumos, adubo, fertilizantes, defensivos agrícolas e luvas para colheita.

Dessa forma, aquelas pessoas que estão organizadas e unidas ganham força dentro do arranjo produtivo cafeeiro, principalmente no que diz respeito ao acesso e à mobilização dos recursos por meio do poder público; à compra de insumos com preço mais acessível por meio das associações e cooperativas; e à melhoria nas condições de comercialização, com a possibilidade de formar lotes com outros produtores, a fim de alcançar melhor preço no produto final, conseqüentemente os produtores fortalecem cada vez mais seus laços e suas redes sociais, facilitando o acesso aos serviços básicos, que possibilitam a melhoria da qualidade de vida das famílias.

6.2.6. Vida Social e Familiar

Para conhecer as condições do relacionamento humano dos agricultores, foram priorizadas algumas variáveis associadas às famílias, aos parentes e amigos, destacando-se os aspectos, tanto de coesão quanto de conflitos, presentes ou ocorridos no espaço familiar. Os resultados indicaram que os entrevistados se sentiam felizes e orgulhosos de suas próprias famílias, uma vez que, em sua maioria, os membros se sentiam unidos. Pelos relatos e depoimentos, evidenciou-se o bom relacionamento entre os familiares (pai, mãe e filhos), que mantinham um ambiente de amizade, confiança,

respeito e de diálogo, quando se defrontavam com alguma crise ou, mesmo, quando precisavam dividir alguns problemas ou compartilhar de certos eventos não esperados.

Outro aspecto da vida social dos indivíduos e das famílias refere-se a como se sentiam em relação aos seus parentes, vizinhos e amigos. Quanto a essas relações, 100% dos entrevistados disseram ter relação boa, afirmando que existiam apoio moral e emocional e um ambiente de solidariedade entre eles. A proximidade e a boa relação entre vizinhos, como constado entre os parentes, derivavam-se da convivência e socialização dos momentos bons e difíceis, o que contribuía para a atenuação dos conflitos, das situações estressantes, enfim, para a melhoria na qualidade de vida.

Texeira (1997) comentou essa questão da vida social e familiar, mostrando que o nível de estresse se reduz e a qualidade da vida é melhor quando há ligação emocional entre familiares e amigos e vizinhos; divisão de valores; muito encorajamento; fé em Deus; e capacidade para lidar e para se ajustar aos problemas, aos conflitos e às discórdias.

Ao examinar a vida espiritual, essa questão ficou mais evidente, uma vez que 98,7% dos entrevistados eram católicos e em todas as comunidades visitadas havia uma capela ou igreja. Desta forma, foi possível constatar que a igreja assume papel de extrema importância nas comunidades rurais, pois ao mesmo tempo em que ela é um local de fé, de oração, ela assume a função de unir as pessoas. Ou seja, as famílias transformam a igreja em espaço de fé, de lazer e de aprendizado, pois é lá que são oferecidos os cursos de capacitação, as reuniões, as festas religiosas, sendo comum, depois das missas aos domingos, os agricultores se reunirem para conversar sobre sua vida e sobre trabalho. Nesses momentos é que acontecem as trocas de experiências entre as famílias, as conversas sobre o cultivo do café, entre outros assuntos, ou seja, a igreja é um ponto de encontro e de união das comunidades rurais.

É também na Igreja que são realizados os encontros da associação de moradores, onde os membros se reúnem para discutir o bem-estar e as demandas da comunidade.

Em relação à integração política e social, os agricultores participam das associações de moradores, mas algumas só funcionam no papel, não trazendo nenhum benefício para os associados. Nas comunidades em que as associações realmente cumprem seu papel, os agricultores são mais unidos, o que contribui tanto para a qualidade de vida das pessoas, quanto para a melhoria do cultivo do café,

principalmente na compra de insumos e no acesso ao maquinário da prefeitura, entre outras questões.

Assim, como destaca Souza (2011), as redes sociais, por meio de suas teias de interdependências, são apontadas como elemento importante para a construção de sinergias entre os atores sociais, contribuindo para o alcance da qualidade de vida almejada.

6.3. Satisfação das famílias com os diversos componentes da Qualidade de Vida

A avaliação do grau de satisfação das famílias com a qualidade de vida, o que permite dimensionar a condição de vida que se tem ou se deseja, foi feita subjetivamente, de acordo com as percepções dos agricultores entrevistados, levando-se em conta o nível de satisfação com os diversos componentes da vida, apresentados no modelo de Metzen *et al.* (1980): moradia, saúde, alimentação, educação, trabalho, renda, ambiente, serviço comunitário, lazer, integração social e política, habitação, segurança pessoal, vida espiritual (religião) e a relação com a família, amigos, vizinhos e parentes. Esses componentes foram avaliados pelos produtores, em termos do nível de satisfação, tendo sido atribuídos valores que variam de 1 a 4, correspondendo, respectivamente, aos seguintes graus de satisfação: extremamente insatisfeito, insatisfeito, satisfeito, extremamente satisfeito. Para aqueles componentes do padrão de vida com maior nível de insatisfação, os entrevistados deveriam especificar as razões.

O nível de satisfação dos agricultores que produzem tanto *Coffea arabica* (café arábica) quanto *Coffea canephora* (café conilon), na maior parte dos componentes, foi observado como bastante elevado, sendo a média de 76 e 69% para os produtores de arábica e conilon, respectivamente, como pode ser observado na Tabela 1. Para os produtores de arábica, os componentes da QV que apresentaram maior nível de satisfação (mais de 70%) foram: condições da casa; alimentação; educação; família; amigos/vizinhos; vida espiritual (igreja); relacionamento com parentes; trabalho; renda; local ou ambiente onde se vive; e serviços da comunidade. Já aos produtores de café conilon, além de apresentarem esses domínios com nível de satisfação (maior que 70%), pode-se acrescentar saúde e transporte. Conforme Ferrão *et al.* (2007), a produção e a produtividade do café conilon vêm aumentando de forma significativa no Espírito Santo.

Contudo, observou-se que os componentes saúde, transporte, segurança pessoal, integração social/política e lazer foram os domínios com os quais os cafeicultores de arábica estavam mais insatisfeitos. Quanto aos domínios da vida, como integração política, segurança pessoal e lazer, os dois tipos de agricultores encontravam-se insatisfeitos.

Constatou-se que a insatisfação com o componente saúde, com 50% (produtores de arábica), pode ser justificada pela falta de profissionais para atender as famílias nos postos, bem como pelo horário de atendimento desse serviço, que, na maioria das vezes, funciona somente um período de (8 às 12 horas). Portanto, alguns produtores acabam acionando o serviço de saúde particular, principalmente no diz respeito a doenças mais graves ou a cirurgias.

Outro componente da qualidade de vida visto como insatisfatório para 50% dos entrevistados produtores de *Coffea arabica* e 30% para os produtores de *Coffea canephora* deve-se à inexistência de transporte coletivo em algumas comunidades; em outras o transporte passa somente duas vezes por semana, o que faz com que os agricultores familiares utilizem os próprios veículos.

A segurança pessoal também alcançou nível alto de insatisfação, com 41,7%, o que pode ser explicado pela falta de patrulha rural nas comunidades consequentemente há furtos nas propriedades. De acordo com os agricultores, na maioria das vezes equipamentos como roçadeira e bombas de irrigação são furtados, o que ocasiona prejuízos para eles, chegando até a comprometer o cultivo do café.

Constatou-se nível de insatisfação com o lazer de 41,7 e 40% para produtores de *Coffea arabica* e *Coffea canephora*, respectivamente. Segundo os entrevistados, essa insatisfação se deve principalmente à falta de opção de lazer para as crianças e mulheres, pois os homens contam com o futebol, a bocha e as reuniões em bares.

Tabela 1 – Nível de satisfação atribuído aos componentes da vida pelos agricultores familiares, Castelo, ES, 2011

Componentes da QV	Produtores <i>Coffea arabica</i> (%)				Produtores <i>Coffea conephora</i> (%)			
	EI	I	S	ES	EI	I	S	ES
Casa	-	8,4	91,6	-	-	10,0	87,5	2,5
Saúde	8,4	50,0	41,6	-	5,0	20,0	75,0	-
Alimentação	-	-	100,0	-	-	7,5	87,5	5,0
Educação	8,4	16,6	75,0	-	5,0	10,0	85,0	-
Família	-	-	100,0	-	-	10,0	82,5	7,5
Amigos/vizinhos	-	-	100,0	-	-	12,5	82,5	5,0
Igreja	-	8,6	91,6	-	2,5	17,5	80,0	-
Parentes	-	-	100,0	-	-	10,0	87,5	2,5
Transporte	-	50,0	41,6	-	2,5	30,0	65,0	2,5
Renda	-	8,4	91,6	-	5,0	25,0	67,5	2,5
Local onde vive	-	-	100,0	-	-	15,0	80,0	5,0
Serviços da comunidade	-	25,0	75,0	-	2,5	5,0	20,0	72,5
Segurança pessoal	-	41,7	58,3	-	15,0	45,0	40,0	-
Integração social e política	8,4	58,3	-	33,3	22,5	52,5	25,0	-
Lazer	-	41,7	58,3	-	7,5	40,0	50,0	2,5

Fonte: dados da pesquisa (2011).

Em relação à integração social e política, constatou-se que este foi o componente que alcançou o maior nível de insatisfação, com 58,3 (produtores de arábica) e 52,5% (produtores de conilon). De acordo com os entrevistados, somente em quatro comunidades a Associação de Moradores está ativa, nas outras ela existe, mas somente no papel, o que traz indignação por parte dos agricultores, que reclamam da falta de união e organização dos produtores, pois nas comunidades onde as associações estão ativas elas trazem inúmeros benefícios em todos os setores do bem-estar das famílias e, principalmente, no que se refere à produção e ao cultivo do café.

Tabela 2 – Nível de importância atribuído aos componentes da vida pelos agricultores familiares, Castelo, ES, 2011

Hierarquização dos Componentes da QV	
<i>Coffea arabica</i>	<i>Coffea canephora</i>
1º Família	1º Família
2º Saúde	2º Saúde
3º Educação	3º Educação
4º Trabalho	4º Condições de sua casa
5º Vida espiritual	5º Vida espiritual
6º Condições de sua casa	6º Trabalho
7º Tipo de alimentação	7º Tipo de alimentação
8º Renda	8º Renda
9º Amigos e vizinhos	9º Amigos e vizinhos
10º Relacionamento com os parentes	10º Serviços da comunidade
11º Condições de transporte	11º Condições de transporte
12º Lazer	12º Lazer
13º Serviços da comunidade	13º Relacionamento com os parentes
14º Ambiente que se vive	14º Ambiente que se vive
15º Segurança pessoal	15º Segurança pessoal

Fonte: dados da pesquisa (2011).

Os componentes da vida foram ordenados em uma hierarquia eleita pelos entrevistados dos mais importantes para o menos importantes, conforme distribuição evidenciada na Tabela 2. Para os agricultores, os três domínios de maior importância em suas vidas estavam associados à sua família, a ter boa saúde, além do acesso à educação.

Em razão dos resultados apresentados, pode-se sintetizar que a maioria dos produtores, tanto de “café conilon” quanto de “café arábica”, sentia-se bem com suas condições concretas de vida, devendo ser ressaltado que os níveis de maior satisfação, em termos de padrão de vida, estavam concentrados em três componentes: condições da casa, alimentação e relacionamento com parentes; e os três domínios de maior importância para os entrevistados centraram na família, saúde e educação.

7. CONCLUSÃO

As análises objetiva e subjetiva da qualidade de vida são consideradas essenciais, pois permitem compreender os fatores relacionados às necessidades concretas da população, bem como suas dimensões subjetivas, que geralmente estão associadas tanto às suas redes de relacionamento quanto às aspirações do indivíduo/família, suas particularidades, práticas identitárias, vivências, valores, costumes e condições do ambiente circundante.

Mesmo entendendo que as comunidades rurais do município de Castelo necessitam de ações continuadas e de longa duração, os resultados permitiram revelar um estilo de desenvolvimento local em construção, pois a interferência das redes sociais, principalmente as formais, neste caso as instituições e as organizações, não somente influenciou a melhoria da qualidade de vida das famílias, como também atuou como forma de organização social, a partir do momento que as instituições trabalham no sentido da mobilização, capacitação, conscientização e participação dos agricultores dentro do arranjo produtivo cafeeiro.

Sendo assim, conclui-se a existência de uma associação entre qualidade de vida e redes sociais, pois a partir dos resultados apresentados foi possível constatar que

aqueles agricultores que possuem uma relação mais densa ou que a sua rede de relacionamentos é mais vasta, com instituições, associações, com a própria família e amigos, ou até mesmo com o poder público, têm as suas ações facilitadas e influenciadas de forma positiva tanto no acesso a determinados recursos e ativos quanto a uma vida mais coesa e equilibrada, com reflexos sobre a qualidade de vida.

8. REFERÊNCIAS

ALBAGLI, S.; BRITO, J. Arranjos produtivos locais: Uma nova estratégia de ação para o SEBRAE. **Glossário de Arranjos Produtivos Locais**. RedeSist, 2002. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/redesist>>. Acesso em: 15 jan. 2012.

ALDERFER, C. P. An spiritual test of new Thory of human needs. **Organization Behavior of Human Performance**, v. 4, p. 142-175, 1969.

BAGNASCO, A. La función de las ciudades en el desarrollo rural: La experiencia italiana. In: FAO INTERNATIONAL SEMINAL ON RURAL-URBAN LINKAGES, INTERMEDIATES CITIES AND DECENTRALIZED DEVELOPMENT IN THE GLOBAL ECONOMY. Taxco, Mexico, April 1997. p. 1-14.

BARNES, J. A. Redes sociais e processo político. In: FELDEMAN-BIANCO, B. (Org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas: Métodos**. São Paulo: Global, 1987. p. 159-93.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Tradução de GUARESCHI, P. A. Petrópolis: Vozes, 2000.

BOTAZZI, G. Le développement local ou la remontée du “local”. Considérations pour une définition de l’espace local? In: **Nouveaux dynamismes industriels et économie du développement**. IREPD, Grenoble, 1994. p. 423-447.

BOWLING, A. **Measuring health: a review of quality of life measurement scales**. Philadelphia: Open University Press, 2007.

CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUD, 2003.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas. In: LASTRES, H. M. M. *et al.* (Ed.). **Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

CEBOTAREV, E. A. Apuntes sobre aspectos básicos en la calidad de La vida. In: **Mujer, familia y desarrollo**. Manizales: Universidade de Caldas, 1994. p. 109-137.

COELHO, B. S. **O turismo rural e suas potencialidades: uma análise do processo de integração e implicações sobre a qualidade vida** – Ipatinga, MG. 2005. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2005.

FERRÃO, M. A. G.; FERRÃO, R. G.; FONSECA, A. F. A. da; VERDIM FILHO, A. C.; VOLPI, P. S.; RIVA SOUZA, E. M.; MORELI, A. P. Cultivares de café arábica e conilon recomendadas para o Estado do Espírito Santo. In: **Tecnologia para sustentabilidade da cafeicultura**. 4. ed. Alegre, ES: CAUFES, 2011, v. 1, p. 51-68.

GLOZMAN, J. M. Quality of life caregivers. **Neurpsychology Review**, v. 14, n. 4, p. 183-196, 2004.

HERCULANO, S. C. A Qualidade de vida e seus indicadores. **Revista Ambiente e Sociedade**, Campinas, UNICAP/NEPAM, ano 1, n. 2, p. 77-99, 1998.

JURADO, E. V.; FIGUEROA, C. A. Consideraciones metodológicas para evaluar la validez de vida. **Salud Pública de Mexico**, v. 44, n. 5, 2002.

MARSDEN, T. Rural futures: the consumption countryside and its regulation. **Sociologia Ruralis**, v. 39, n. 4, p. 505-520, 1999.

MASLOW, A. H. **Motivation and a personality**. New York: Harper, 1970.

METZEN, E.; WILLIAM, F. L.; SHULL, J.; KEEF, D. R. **Quality of life as affected by area of residence**. I Project descript. Columbia: University Missoure, College of Agriculture, Agricultural Experiment Station, 1980. 112 p. (Research Bulletin, 1036).

MINAYO, M. C. S.; HARTZ, Z. M. A.; BUSS, P. M. Qualidade de Vida e Saúde: um debate necessário. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 5, n. 1, p. 7-18, 2000.

MURDOCH, J. Networks: a new paradigm of rural development? **Journal of Rural Studies**, n. 16, p. 407-419, 2000.

RADOMSKY, G. F. W. **Redes sociais de reciprocidade e trabalho**: as bases histórico-sociais do desenvolvimento na Serra Gaúcha. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdades de Ciências Econômicas, Porto Alegre, 2006.

SABOURIN, E. Práticas de reciprocidade e economia de dádiva em comunidades rurais do Nordeste brasileiro. **Raízes**, n. 20, ano XVIII, p. 41-49, nov. de 1999.

SEBRAE. **Metodologia de desenvolvimento de arranjos produtivos locais**. Brasília: Sebrae, 2004. 287 p.

SEMAG. SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE CASTELO, ES. **Plano de desenvolvimento rural sustentável**. Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, 2007-2008.

SCHIMIDT, H. C.; DE MUNER, L. H.; FORNAZIER, M. J. **Cadeia do café arábica da agricultura familiar do Espírito Santo**. Vitória, ES: Incaper, 2004. 52 p.

SCHMITT, C. J. Redes, atores e desenvolvimento rural: perspectivas na construção de uma abordagem relacional. **Sociologias**, Ano 13, n. 27, p. 82-112, 2011.

SOUZA, J. M. M. **Qualidade de vida em assentamentos de reforma agrária**: uma aproximação metodológica. Relatório de Pós-Doutoramento. Departamento de Economia Doméstica, Universidade Federal de Viçosa, 2011.

PASCOAL, M.; DONATO, J. C. Aspectos psicofísicos e sócio-culturais da qualidade de vida. **Movimento e Percepção**, Espírito Santo de Pinhal-SP, v. 5, n. 6, p. 92-117, 2005.

PORTUGAL, S. Contributos para uma Discussão do Conceito de Rede na Teoria Sociológica. **Oficina do CES**, n. 271, p. 1-35, mar. 2007.

PORTUGAL, S. **Novas famílias, modos antigos**. As redes sociais na produção de bem-estar. Tese de Doutorado em Sociologia, Coimbra, FEUC, 2006.

TAMAKI, E. M. Qualidade de vida: individual ou coletiva? **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 5, n. 1, p. 20-2, 2000.

TEXEIRA, K. M. D. **Estrutura e estilo de funcionamento das famílias brasileiras em situações estressantes**: adaptações do modelo de Olson. 1997. 82 f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 1997.

TRIGLIA, C. **La construction sociale du marché**. Le defi Troisieme Italie. Paris: Julillet / Editions de I'ENS – Cachan, 1993.

WATTS, Duncan J. **Small worlds**: the dynamics of networks between order and randomness. New Jersey: Princeton University, 1999. 264 p.